

---

# BOLETIM MASCARO

---

Publicação de Mascaro e Nascimento Advogados – Ano VI– nº 67– Março de 2004.

---

## Legislação

Medida Provisória n. 169, publicada no DOU em 26.02.04, dispõe sobre o saque do FGTS para vítimas de inundações.

Pág. 3



## Legislação

Resolução Administrativa n. 6 do Conselho Nacional do Ministério do Trabalho e Emprego dispõe sobre autorização de trabalho a estrangeiros.

Pág.4

## Jurisprudência

O agrupamento de empregados em entidades sindicais não integra categoria profissional alguma, porquanto inexistente grupo econômico que a ele se contraponha.

Pág. 9

## Doutrina

Empresas que sofrem execuções em diversas Varas do Trabalho podem organizar plano para tentar uma execução coletiva sobre percentual do faturamento mensal.

Pág. 3

## Causas do Escritório

Este escritório sustenta a exigência das formalidades e autorizações previstas no Enunciado 310 do TST, mesmo após o seu cancelamento.

Pág. 10

---

## Nesta Edição

---

1 **DOCTRINA**

---

2 **LEGISLAÇÃO**

---

3 **JURISPRUDÊNCIA**

---

4 **CAUSAS DO ESCRITÓRIO**

---

5 **NOTÍCIAS**

---

# Sumário

## DOCTRINA

- 1) Execução Coletiva. *Pág.3.*

## LEGISLAÇÃO

- 1) Medida Provisória n. 169, dispõe sobre o saque do FGTS para vítimas de inundações, DOU em 26.02.04, p.2. *Pág.3.*
- 2) Provimento n. 1 de 2004 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho do TST, DJ em 26.02.04, p. 475. *Pág.4.*
- 3) Resolução Administrativa n. 6 do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego dispõe sobre a autorização do trabalho estrangeiro, DOU em 01.03.04, p. 37. *Pág.4.*

## JURISPRUDÊNCIA

- 1) Plantão Médico de 24 horas. Compensação de Jornada. *Pág.5.*
- 2) Exigência de contratação de seguro do bem penhorado em execução provisória. Onerosidade. *Pág.5.*
- 3) Dano Moral. Revista Íntima. *Pág.6.*
- 4) Ação anulatória. Arrematação. Cabimento. Transação. Possibilidade. *Pág.7.*
- 5) Substabelecimento inválido. Ausência de formalidades do mandato. *Pág.7.*
- 6) Complementação de Aposentadoria. Competência da Justiça do Trabalho. *Pág.7.*
- 7) Competência. Ação Civil Pública. Dano ocorrido em mais de um estado da Federação. *Pág.8.*
- 8) Participação nos Lucros. Invalidade de cláusula que exclui empregados desligados. *Pág.8.*
- 9) Empregados de entidades sindicais. Dissídio coletivo. Normas coletivas. *Pág.9.*

- 10) Férias vencidas. Ausência de concessão. Pagamento. Efeito. *Pág.9.*
- 11) Diarista. Vínculo empregatício. Requisito da continuidade. *Pág.9.*
- 12) Sindicato ou Federação. Substituição Processual. *Pág.10.*

## CAUSAS DO ESCRITÓRIO

O cancelamento do Enunciado n. 310 do TST e a substituição processual. *Pág.10.*

## NOTÍCIAS

Inauguração do Fórum Trabalhista de São Paulo. *Pág.10.*

**DOCTRINA****EXECUÇÃO COLETIVA**

Empresas que sofrem execuções em diversas Varas, com penhoras em bens ou depósito bancário, de modo a dificultar ou impossibilitar a continuidade administrativa de sua gestão e até mesmo o pagamento de salários dos empregados podem organizar um plano com o levantamento total dos débitos em todas as questões para tentar uma execução coletiva mediante um depósito global mensal de um valor percentual sobre seu faturamento.

Essa solução depende, no entanto, da concordância dos exeqüentes e da reunião de todas as execuções em uma Vara do Trabalho, e que deve ser aquela onde se fez a primeira penhora, pois há fundamento na lei processual civil para essa concentração.

A coercibilidade do cumprimento das condições estabelecidas no plano e no pagamento mensal pode ser assegurada de vários modos, inclusive a manutenção de todas as penhoras até total liquidação do débito, a previsão de multas para atraso e pagamentos e o empenho como garantia dos bens particulares dos sócios.

A concretização do plano depende de uma discussão com os advogados dos exeqüentes.

**AMAURI MASCARO NASCIMENTO**

**LEGISLAÇÃO****1. MEDIDA PROVISÓRIA N. 169  
DISPÕE SOBRE O SAQUE DO FGTS  
PARA VÍTIMAS DE INUNDAÇÕES,  
DOU 26.02.2004, P.2.**

Acrescenta o inciso XVI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"XVI - necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural causado por chuvas ou inundações, observadas as seguintes condições:

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas, comprovadamente atingidas, de Municípios em situação de emergência ou de estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; e

b) a solicitação de saque somente será admitida durante o período da situação de emergência ou de estado de calamidade pública declarados por decreto." (NR)

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

---

**2. PROVIMENTO N. 1/2004 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO TST, DJ EM 26.02.2004, P. 475.**

---

Determina aos Tribunais Regionais do Trabalho a elaboração de súmula de sua jurisprudência dominante.

O Ministro Ronaldo Leal, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO:

1. a representação que faz a 3ª Turma deste Tribunal a esta Corregedoria, ao apreciar Recurso de Revista provindo do 11º TRT;

2. que é inaceitável que os Tribunais Regionais decidam de forma díspar a mesma matéria, embora com a mesma composição;

3. que a prestação jurisdicional é dada em função do jurisdicionado, destinatário dela, o que exige dos Tribunais as adequações necessárias para que o Poder Judiciário não caia no descrédito público; RESOLVE DETERMINAR:

Art. 1º - Os Tribunais Regionais do Trabalho deverão elaborar a súmula de sua jurisprudência dominante e alertar todos os Juízes, inclusive os convocados, sobre a conveniência de observá-la.  
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Este provimento entra em vigor na data da sua publicação.

Ronaldo Leal –  
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

---

**3. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N. 6 DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, DOU EM 01.03.04, P. 37, DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE TRABALHO A ESTRANGEIROS.**

---

A Resolução em questão disciplina os procedimentos para a Autorização de Trabalho a Estrangeiros e dá outras providências.

A pessoa jurídica interessada na chamada de mão-de-obra estrangeira, em caráter permanente ou temporário, solicitará autorização de trabalho junto à Coordenação-Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante a apresentação de requerimento, modelo próprio conforme anexo desta Resolução, instruído com diversos documentos nela previstos, dentre os quais destacam-se o contrato social e atos constitutivos da empresa, a certidão negativa de débitos junto ao INSS, a certidão de regularidade junto ao FGTS, a cópia autenticada do passaporte do estrangeiro, a comprovação de escolaridade mínima, qualificação e experiência profissional compatíveis com a atividade a ser exercida, além de outros documentos exigíveis em razão de disposições específicas do Conselho Nacional de Imigração.

A ausência de qualquer dos documentos, bem como eventuais falhas na instrução do processo, implicará no sobrestamento para as necessárias diligências, tendo o requerente o prazo de 30 dias para o cumprimento da mesma.

Denegada a Autorização de Trabalho caberá pedido de reconsideração, em 15 dias da publicação no DOU, dirigido a autoridade que proferiu a decisão.

Para o registro de admissão do empregado será considerada a data de ingresso do

estrangeiro no país como início do vínculo empregatício.

Havendo transferência do estrangeiro para outra empresa do mesmo grupo econômico ou ocorrendo mudança de função ou agregamento de outras atividades às originalmente desempenhadas pelo estrangeiro, tais alterações deverão ser comunicadas ao Ministério do Trabalho e Emprego.

## **JURISPRUDÊNCIA**

### **1. PLANTÃO MÉDICO DE 24 HORAS. COMPENSAÇÃO DE JORNADA.**

“Horas Extras. Médico Plantonista. Jornada de Trabalho. Acordo Individual Escrito. 24 Horas Semanais. Plantão Único. Artigo 7º, XIII, CF/88. Lei nº 3.999/61. 1. Afigura-se harmônico com a nova ordem constitucional insculpida no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988 o ajuste individualmente celebrado entre Empregado médico e Hospital, no tocante à fixação da jornada de trabalho em 24 horas semanais, a serem cumpridas em um único plantão semanal. 2. A concentração da jornada semanal do médico em um único plantão de 24 horas não gera direito a horas extras, porque não ultrapassado o limite constitucionalmente estabelecido, de 44 horas semanais. Tal fundamento ainda mais se robustece por se tratar de atividade diferenciada, atípica, com peculiaridades próprias, constituindo fato público e notório, nessa profissão, o labor prestado sob a forma de plantões. 3. Tal regime de trabalho, sistematicamente adotado para viabilizar a consecução das atividades inerentes ao exercício da medicina, reveste-se de plena licitude, não colidindo quer com o artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, quer com a

Lei nº 3.999/61, que, por sua vez, não estipula a jornada reduzida para a categoria, mas apenas estabelece o salário mínimo para uma jornada de 4 horas diárias. 4. Embargos não conhecidos.” (TST- E-RR n. 504.915/1998.0 – Ac, SBDI 1- Rel. Min. João Oreste Dalazen- DJ em 06.02.2004- p. 488).

### **2. EXIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO DO BEM PENHORADO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ONEROSIDADE.**

“Recurso Ordinário. Mandado de Segurança. Execução Provisória. Exigência de Contratação de Seguro do bem penhorado. Onerosidade. 1. Mandado de Segurança impugnando ato de Juiz do Trabalho que, em processo de execução provisória, proibiu a Executada de efetuar operações de vôo, decolagem e pouso com a aeronave penhorada, em razão de não ter sido apresentada a apólice de seguro usual contra riscos. 2. Nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte Trabalhista a execução provisória há que ser realizada pelo modo menos gravoso para o devedor, mormente levando-se em conta que o valor do débito ainda pode sofrer alteração e, inclusive, desaparecer caso seja acolhido o Recurso interposto. 3. Abusiva, portanto, a exigência de contratação de seguro, cujo prêmio anual de aproximadamente R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) corresponde a quase 50% do suposto valor da execução a ser apurado após a decisão que foi proferida no Recurso Ordinário pelo TRT, podendo superar tal quantia na hipótese de a execução provisória se arrastar por mais de um ano, ainda mais considerando que a Executada ofereceu outros bens (veículos) em substituição à penhora efetuada sobre a aeronave, os quais, inclusive, a

antecedem na ordem de preferência contida no art. 655 do CPC. 4. Some-se a isso tudo, a circunstância de que não houve alegação por parte do Recorrente e nem prova pré-constituída de que a Empresa Executada encontra-se em dificuldades financeiras, de modo que estaria com todo o patrimônio comprometido e não teria condições de suportar a execução, caso houvesse sinistro do bem penhorado, presumindo-se, desse modo, que uma vez perecendo a garantia, a execução poderia prosseguir contra o restante do patrimônio da devedora. 5. Recurso Ordinário desprovido.” (TST- ROMS n. 390/2002-0000.18-00.0 – Ac. SBDI 2 – Rel. Min. José Simpliciano Fontes de F. Fernandes – DJ em 06.02.2004- p. 506).

---

### **3. DANO MORAL. REVISTA ÍNTIMA.**

---

“Indenização por dano moral. Revista íntima. O Eg. Tribunal de origem emitiu entendimento no sentido de que não há dano moral a ser objeto de indenização resultante de vistoria pessoal (revista) feita em empregado despido, mas levada a efeito de forma respeitosa, por empresa que tem de velar pelos produtos que manipula de natureza farmacêutica, tóxica e psicotrópica. Logra o Reclamante demonstrar o dissenso mediante o primeiro aresto transcrito e o último de fl. 180 (RO 313/97), ambos inadmitindo a revista pessoal, por constituir ato de constrangimento, não obstante a atividade da empresa seja ligada à manipulação de medicamentos e drogas. Recurso conhecido por divergência jurisprudencial. Quanto ao mérito, decide-se pelos seguintes fundamentos: filio-me à corrente cujo entendimento é favorável à indenização. Com efeito, não há circunstância que autorize o empregador a proceder à revista de seus empregados quanto mais se ela os constrange a

despirem-se, por mais respeitosa que seja a conduta do preposto responsável pela vistoria. É de todos sabido que o contrato de trabalho envolve um mínimo de fidúcia entre ambas as partes. Se ao empregador remanesce dúvida sobre a integridade moral do candidato ao emprego deve, então recusar a contratação. Não há como conciliar uma confiança relativa com o contrato de trabalho variável conforme a natureza da atividade da empresa. Se esta a direciona para a manipulação de drogas e substâncias psicotrópicas, deve, naturalmente, tomar as precauções necessárias à segurança, como, por exemplo, a instalação de câmeras, que em nada ofendem a dignidade do trabalhador. Mas não pode, a pretexto disso investir-se dos poderes de polícia e submeter seus empregados a situações de extremo constrangimento, com total desprezo do direito do cidadão à preservação de sua intimidade. Não é por menos que tais valores e direitos foram erigidos ao status de objeto de garantia constitucional, o que se verifica do contido nos arts. 1º, III, 5º, III, e, sobretudo o art. 5º, X, todos da Constituição. Nesses preceitos estão garantidos como direitos fundamentais a dignidade da pessoa, a vedação do tratamento desumano e degradante, assim como a inviolabilidade da intimidade e da honra. Este Tribunal, inclusive por esta mesma Segunda Turma, já proferiu decisões no mesmo sentido quanto à revista íntima, como se pode verificar dos processos RR 641.571/00, Quarta Turma, DJ 21/02/03, Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen e RR 512.905/98, Segunda Turma, DJ 07/02/03, Rel. Juiz Convocado José Pedro de Camargo. Recurso a que se dá provimento para condenar a Reclamada ao pagamento de indenização por dano moral, na forma do pedido.” (TST- RR n. 533.779/1999.3- 2ª Turma- Rel. Juiz Convocado Samuel Corrêa Leite – DJ em 06.02.2004- p. 667).

---

#### **4. AÇÃO ANULATÓRIA. ARREMATACÃO. CABIMENTO. TRANSAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

---

“Ação anulatória. Arrematação. Transação. Não se constituindo a arrematação sentença de mérito, mas ato judicial de adjudicação do bem ao adquirente, em consequência de alienação em hasta pública, é viável e adequada a ação anulatória preconizada pelo art. 486 do Código de Processo Civil, com vista a desconstituí-la, ainda que concluído o procedimento licitatório com a imissão do adquirente na posse, quando não mais cabíveis os embargos de arrematação ou de terceiro. O encerramento do procedimento de alienação do bem em hasta pública, com a expedição de carta de arrematação e com a imissão do arrematante na posse, por si só, não confere ao ato judicial a qualidade de perfeito e acabado, a ponto de torná-lo imune ou insusceptível de ser atacado por ação anulatória. Tratando-se de direitos patrimoniais disponíveis, proposta a ação anulatória da arrematação, afastada a hipótese de fraude, é válida a transação para por fim ao litígio, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento não provido.” (TST – AIRR n. 921/2002-921-21-00.2 – 4ª Turma- Rel. Juiz Convocado José Antônio Pancotti – DJ em 06.02.2004- p. 725).

---

#### **5. SUBSTABELECIMENTO INVÁLIDO. AUSÊNCIA DE FORMALIDADES DO MANDATO.**

---

“Substabelecimento. Ausência da qualificação do processo, do Outorgante e do objetivo da outorga. Art. 654, § 1º, do Código Civil. Consoante o disposto no § 1º do art. 654 do Código Civil, o instrumento

de mandato deve conter a indicação do lugar em que foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, com a designação e a extensão dos poderes conferidos. In casu, o advogado que subscreveu o agravo não tem procuração nos autos, constando seu nome, tão-somente, de dois substabelecimentos, nos quais, além de não identificar o processo, não há menção de quem é o outorgante nem do objeto da outorga, referindo, apenas, que estão sendo substabelecidos os poderes que, compatíveis, me foram conferidos pelo(s) outorgante(s) através do(s) instrumento(s) de mandato de fls. . Assim sendo, verifica-se a ausência de poderes para atuar no presente processo e, uma vez que, sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo (CPC, art. 37), a irregularidade de representação do advogado subscritor do agravo resulta no seu não-conhecimento, tendo em vista que todos os atos praticados sem a adequada capacidade postulatória são tidos como inexistentes. Agravo não conhecido.” (TST- A-AIRR n. 50.522/2002-900-04-00.4 – 4ª Turma- min. Yves Gandra Martins Filho – DJ em 06.02.2004- p. 732).

---

#### **6. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. COMPETÊNCIA.**

---

“Competência da Justiça do Trabalho. Violação dos arts. 114 e 109, I, da CF/88. A complementação ou suplementação de aposentadoria, instituída pelo empregador, gera obrigação para produzir efeitos após a jubilação. Direitos e obrigações que decorrem do contrato de trabalho e se protraem no tempo, estando o empregado, mesmo aposentado, vinculado ao empregador em relação às obrigações decorrentes do contrato de trabalho, quanto à complementação ou suplementação de aposentadoria.

Remanesce, aí, a competência desta Justiça especializada, para conhecer e dirimir qualquer controvérsia a respeito. Não há falar, pois, em violação a qualquer dos preceitos legais citados.” (TST- RR n.494.148/1998.8 – 4ª Turma- rel. Juiz Convocado José Antonio Pancotti – DJ em 06.02.2004 – p. 755).

---

**7. COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO OCORRIDO EM MAIS DE UM ESTADO DA FEDERAÇÃO.**

---

“Conflito Negativo de Competência. Ação Civil Pública. Alegação de dano ocorrido em mais de um estado da Federação. Competência Territorial. 1. Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho perante a 17ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e na qual se busca, dentre outros pedidos, a condenação da Empresa à obrigação de não praticar atos discriminatórios em desfavor de todos os empregados, nos diversos pontos de trabalho que a Ré mantém no território brasileiro. 2. Nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte Superior, para fixação da competência territorial leva-se em conta a regra contida no art. 93 do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe, no inciso II, que é competente a justiça do foro do Distrito Federal, quando se visa a reparação de danos de âmbito nacional. 3. In casu, não obstante a informação de que os fatos descritos no inquérito civil foram investigados e comprovados com relação aos trabalhadores da Empresa nos Estados do Paraná e de São Paulo, verifica-se que os danos que aqui se objetiva coibir não se limitam à área em que ocorreram as investigações, haja vista que a Empresa-ré atua em outros pontos do território nacional, de modo que aqueles fatos apurados também poderão estar ocorrendo

em outras localidades, motivo pelo qual, aplicando-se a regra do Código de Defesa do Consumidor, a competência para o exame da Ação é de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal. 4. Conflito de Competência que se julga procedente.” (TST- CC n. 30655-2002-000-00-00 – Rel. Min. José Simpliciano Fernandes – DJ em 06.02.2004).

---

**8. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. INVALIDADE DE CLÁUSULA QUE EXCLUI EMPREGADOS DESLIGADOS.**

---

“Agravos de Instrumento. Participação nos Lucros da Empresa. Invalidade de cláusula que exclui os empregados que não mais mantinham vínculo, mas que trabalharam durante o ano de apuração dos lucros . A reclamante faz jus a verba relativa à participação nos lucros e resultados da empresa, na proporção dos meses laborados durante o ano de apuração, pois a cláusula negociada com o empregador e dependente de seu arbítrio unilateral para o adimplemento da condição, é inválida. O art. 7º, inciso XI, da Constituição da República, previu que esta verba estará desvinculada da remuneração, e a decisão de piso da norma não se afastou, na medida que a aludida participação foi concedida dentro da proporcionalidade dos meses trabalhados em 1999, isto é, até 01 de novembro daquele ano, período que foi considerado como de efetiva cooperação da obreira na formação do valor distribuído. Ademais, o implemento da condição estipulada na cláusula do instrumento que fixou a participação nos lucros, não se efetivou por culpa patronal, em virtude do despedimento da reclamante antes de 31.12.99, é de se aplicar, portanto, o art. 115 do Código Civil de 1916. Agravo de Instrumento conhecido e Improvido.” (TST- AIRR n. 66.805/2002-900-01-00.4- 5ª

Turma- Rel. Juiz Convocado João Carlos Ribeiro de Souza – DJ em 06.02.2004- p. 815).

---

### **9. EMPREGADOS DE ENTIDADES SINDICAIS. DISSÍDIO COLETIVO. NORMAS COLETIVAS APLICÁVEIS.**

---

“Dissídio Coletivo. Empregados de Entidades Sindicais. Impossibilidade jurídica do pedido. 1. Dissídio Coletivo ajuizado por empregados de entidades sindicais. 2. O agrupamento de empregados em entidades sindicais não integra categoria profissional alguma, porquanto inexiste grupo econômico que a ele se contraponha. 3. Portanto, de acordo com o direito positivo brasileiro, esse conjunto de empregados ressent-se da prerrogativa de formular reivindicações mediante negociação coletiva, razão pela qual lhe é vedado o ajuizamento de dissídio coletivo. 4. Ademais, o art. 10 da Lei nº 4.725/65 recepcionado pela Constituição da República, porque estatuído à luz da unicidade sindical assegura, para os empregados de entidades sindicais, as mesmas condições coletivas de trabalho fixadas para os integrantes das categorias que seus empregadores representam. Ante a expressa previsão legal, revela-se inviável a criação de instrumento normativo próprio para aqueles profissionais (OJ nº 37/SDC-TST). 5. Recursos ordinários interpostos pelos Sindicatos suscitados a que se dá provimento para extinguir o processo em relação às entidades recorrentes, sem exame do mérito, por impossibilidade jurídica do pedido.” (TST- RODC n. 79.740/2003-900-02-00.2- Ac. SDC- Rel. Min. João Oreste Dalazen – DJ em 13.02.2004- p. 430).

---

### **10. FÉRIAS VENCIDAS. AUSÊNCIA DE CONCESSÃO. PAGAMENTO. EFEITO.**

---

“Recurso de Revista. Férias vencidas. Ausência de concessão. Pagamento. Efeito. A teor do art. 137 da CLT, sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração. Evidenciando-se o escoamento do período concessivo, sem fruição, com o pagamento das férias e percepção dos salários do mês ou meses correspondentes, impõe-se a condenação do empregador a tornar a remunerá-las, de forma simples, de vez que o deferimento do dobro, no caso, importaria em quitação tripla, excedente do comando legal. Recurso de revista conhecido e provido.” (TST- RR n. 691.529/2000.6 – 3ª Turma- Rel. Juiz Convocado Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira – DJ em 13.02.2004- p. 639).

---

### **11. DIARISTA. REQUISITO DA CONTINUIDADE. VÍNCULO EMPREGATÍCIO.**

---

“Diarista. Vínculo empregatício. Ausência do requisito da continuidade. Pretende o Reclamante o reconhecimento do vínculo empregatício doméstico, em razão dos serviços prestados à Reclamada no máximo duas vezes por semana, que compreendiam “levar a reclamada de carro, uma vez por mês, ao médico, duas vezes por semana ao dentista, ao supermercado e a passeios esporádicos, além de sair para passear com a cachorrinha, ir ao supermercado, comprar revistas e lavar o carro.” (fls. 51). A Lei nº 5.859/72, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, exige deste a prestação de serviços “de natureza

contínua", no âmbito residencial da pessoa ou família. A controvérsia cinge-se a estabelecer se o serviço realizado duas vezes por semana atende ao requisito da continuidade exigido pela Lei. A jurisprudência firma-se no sentido de não considerar contínuo o trabalho efetuado em poucos dias na semana, consoante se extrai dos precedentes transcritos. Recurso conhecido e desprovido." (TST – RR n. 119/2002-047-03-00.0 – 3ª Turma- Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – DJ em 13.02.2004- p. 628).

## **12. SINDICATO OU FEDERAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.**

"Sindicato ou Federação. Representação da categoria e individual. Substituição processual. O artigo 8º, III, da Carta Magna, legitima a atuação do Sindicato como substituto dos integrantes da categoria, enquanto pluralidade de membros e interesses genericamente considerados, não cogitando da substituição de apenas um trabalhador. Procedimento tumultuário que resvala em ilegitimidade de parte e que, ao invés de reunir múltiplas ações em uma única, está a multiplicar ações individuais, desatendendo a finalidade do instituto e assoberbando ainda mais a máquina judiciária. (TRT/SP - 01551200346202000 - RS - Ac. 8ªT 20040005520 - Rel. Catia Lungov - DOE 30/01/2004).

## **CAUSAS DO ESCRITÓRIO**

### **O CANCELAMENTO DO ENUNCIADO 310 DO TST E A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.**

Este escritório está defendendo a tese segundo a qual, apesar do cancelamento do Enunciado n. 310 do Tribunal Superior

do Trabalho, as exigências formais e autorizações pelo mesmo previstas continuam em vigor, uma vez que o cancelamento teve um objetivo direto, que foi fundamentar a substituição processual no art. 8º, III, da Constituição Federal, e não suprimir a configuração processual da mesma, o que lhe é inerente.

## **NOTÍCIAS**

### **INAUGURAÇÃO DO NOVO FÓRUM TRABALHISTA DA BARRA FUNDA.**

Ocorrerá dia 26 de março às 10.30hs a inauguração do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Av. Marquês de São Vicente, n. 235, nesta cidade de São Paulo.

Com a inauguração do novo prédio as novas Varas do Trabalho terão melhores instalações, propiciando a todos os advogados que militam na área um ambiente profissional de melhor qualidade.